

Dividir ou multiplicar? A distribuição da renda e a recuperação da economia¹

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Revista *Visão*, 21 de novembro, 1970. Incluído em *Desenvolvimento e Crise no Brasil*, São Paulo, Brasiliense, a partir da 3a.edição, 1972.

Abstract. In this paper I criticize Furtado's theory that Brazil would only grow if it distributed income and show that the growth of Brazilian economy since the late 1960s derived from income concentration from the middle class upwards – a concentration that created demand for the luxury goods, particularly cars, produced by multinational corporations in Brazil. This paper circulated in Latin America, including in Chile, when it was first published, according to the testimony of Plínio Arruda Sampaio, but did not have the same impact of a similar paper published a little later, “Mas Allá del Estancamiento”, written by Maria Conceição Tavares e José Serra.

Conforme vimos, as causas da crise econômica por que passou o Brasil entre 1962-67 estão claramente relacionadas com o esquema de redistribuição da renda. A tendência à concentração da renda nas mãos da classe capitalista, a partir de meados dos anos cinquenta, causada pela crescente capital-intensividade dos investimentos realizados, mantinha a economia em um permanente estado de subconsumo. A debilidade da demanda agregada, no que se refere ao consumo, não podia ser facilmente compensada por investimentos particulares, já que estes, em última análise, estão relacionados com a capacidade de consumo da população. Em uma economia fechada (como era a nossa do ponto de vista de produção industrial) todo investimento vai resultar, a curto ou a longo prazo, em um aumento da oferta de bens de consumo, que necessitam encontrar mercado. Ora, o momento em que se esgotaram as oportunidades de substituição de importações coincidiu com um processo de concentração da renda, que vinha dificultar gravemente o crescimento do mercado de bens de consumo necessário à manutenção, em nível elevado, da demanda agregada.

Celso Furtado constatou, inicialmente, este fenômeno em *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina*,² em que desenvolveu as bases da chamada “tese da estagnação da América Latina”. Esta tese foi por nós em parte adotada quando fizemos

¹ Esta análise foi publicada na revista *Visão*, 21 de novembro de 1970, e agora incluída na terceira edição deste livro. Entrei, depois em contato com o trabalho de Maria Conceição Tavares e José Serra, “Mas Allá del Estancamiento, una Discusión sobre el Estilo del Desarrollo Reciente de Brasil”, *Trimestre Económico*, vol. 33, n.º 152, outubro-dezembro 1971. No último subcapítulo deste livro, também escrito para a terceira edição, *O Novo Modelo Brasileiro de Desenvolvimento*, usaremos subsídios desse notável trabalho.

² Celso Furtado, *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina*, Civilização Brasileira, 1966, Rio de Janeiro, pp. 77-81.

a análise do círculo vicioso estrutural do subdesenvolvimento brasileiro. Em seguida, e coerentemente com o diagnóstico que havia realizado anteriormente, Celso Furtado, em seu livro *Um Projeto para o Brasil*,³ fez uma proposta para superação da crise econômica, baseada em um esquema de maior participação do Estado na economia e de distribuição de renda.

Quadro XII - Perfil da Demanda Global no Brasil

| Grupos | % da população | População (1.000) | Renda per capita (dólares) | Renda Total (1.000 dólares) | % da renda |
|--------|----------------|-------------------|----------------------------|-----------------------------|------------|
| 1° | 50% | 45.000 | 130 | 5.850 | 18,6 |
| 2° | 40% | 36.000 | 350 | 12.600 | 40,1 |
| 3° | 9% | 8.100 | 880 | 7.128 | 22,7 |
| 4° | 1% | 900 | 6.500 | 5.850 | 18,6 |
| | 100% | 90.000 | 350 | 31.428 | 100,0 |

Nesse trabalho apresenta-nos Celso Furtado inicialmente um quadro, baseado em dados da CEPAL, sobre a distribuição da renda, ou perfil da demanda global, no Brasil, admitindo-se uma população de 90 milhões de habitantes e uma renda *per capita* de 350 dólares.

Vemos pelo Quadro XII que a concentração de renda é um fenômeno marcante da economia brasileira. 50% da população vive praticamente ao nível da subsistência, com uma renda *per capita* de 130 dólares. Esses mesmos 50% da população têm uma participação na renda equivalente (os dados são, evidentemente, aproximações) ao 1 % mais rico da população.

Partindo desses dados, e da constatação de que o recente processo de concentração de renda está na base da crise econômica brasileira, Celso Furtado propôs uma política econômica de redistribuição da renda. Esta política seria executada através de um grande aumento da carga tributária sobre os 10% mais ricos da população. Isto implicaria uma redução de 25% na renda *per capita* do 4° grupo, que teria sua renda reduzida de 6.500 para 4.875 dólares, e em uma redução de 10% na renda do 3° grupo, que teria sua renda *per capita* reduzida para 792 dólares. Por outro lado, Celso Furtado estima uma propensão marginal a consumir de 80% para o 4° grupo, e de 100% para o 3° grupo. Nesses termos, dos 1.625 dólares *per capita* retirados do 4° grupo, a poupança líquida seria de 80% desse valor, ou seja, 1.300 dólares, já que os restantes 325 dólares deixariam de ser poupados pelo 4° grupo. Em outras palavras, o Governo pouparia 1.625 dólares, mas o 4° grupo deixaria de poupar 325. Já em relação ao 3° grupo, os 10% de imposto seriam inteiramente transformados em poupança do Governo, ou seja, haveria uma poupança de 88 dólares *per capita*. Dada a população dos dois grupos (900.000 para o 4° grupo e 8.100.000 para o 3° grupo), temos que haveria um aumento na poupança de 1.882.800 dólares (1.300 X 900.000 mais 88 X 8.100.000), correspondente a cerca de 6% da renda.

Este aumento da poupança, através do aumento da carga tributária, seria transformado em grandes investimentos públicos, altamente trabalho-intensivos.

³ Celso Furtado (1968) *Um Projeto para o Brasil*, Rio de Janeiro: Editora Saga: 37-42 e 49-58.

Cresceriam o emprego e os salários no primeiro e no segundo grupo. Com o aumento da participação na renda desses grupos, cresceria a procura por bens de consumo simples, demandados por esses grupos e geralmente produzidos segundo técnicas trabalho-intensivos. O resultado seria novo aumento do emprego, até a eliminação do desemprego aberto e disfarçado ainda existente no país.

Esta proposta de Celso Furtado é extremamente atrativa, porque parte de uma análise objetiva da crise econômica brasileira e apresenta soluções socialmente favoráveis, na medida em que implicam distribuição da renda. É uma proposta economicamente viável, ainda que radical. Não necessitará ser aplicada abruptamente. Precisar levar em consideração as reações dos investidores privados, que seriam obrigados a reorientar seus investimentos. Entretanto, esta proposta possui uma limitação básica. É politicamente de muito difícil implantação. Exigiria um governo extremamente forte e independente dos interesses econômicos. Além disso, a proposta não considera suficientemente os efeitos negativos dessa redistribuição de renda sobre a expansão das indústrias tecnologicamente de ponta, que fornecem principalmente para os grupos mais abastados (3º e 4º grupos). Certamente tais efeitos podem ser contornados, mas esta não seria uma tarefa fácil. É sempre mais difícil caminhar contra a corrente. As indústrias tecnologicamente de ponta não só tendem a marcar o ritmo do desenvolvimento econômico brasileiro, mas também é em torno delas que os interesses econômicos mais atuantes politicamente estão concentrados.

Foi provavelmente uma análise deste tipo que levou o economista Antonio Barros de Castro a examinar uma outra alternativa para a economia brasileira.⁴ Partindo de um perfil de demanda global semelhante ao apresentado por Celso Furtado, o economista da CEPAL observou que o 1º grupo encontra-se totalmente marginalizado do mercado brasileiro, enquanto que o 2º grupo participa apenas marginalmente desse mercado. Por outro lado, a história da industrialização brasileira é marcada pela produção de bens cada vez mais sofisticados tecnologicamente, destinados a uma parcela cada vez menor da população. No processo de substituição de importações foram inicialmente substituídos bens simples, de consumo geral. É o caso da indústria têxtil e da indústria de alimentação. À medida, porém, que avançava o processo de substituição de importações, as indústrias que permaneciam dinâmicas, com possibilidades de grande crescimento, começavam a produzir bens cada vez mais caros e mais sofisticados tecnologicamente, destinados apenas às classes mais elevadas. O automóvel, o gravador de alta fidelidade seriam exemplos de bens desse tipo.

Sendo corretas essas premissas, dizia Antonio de Castro que, para superar a crise, o país teria que realizar um processo de concentração e não de distribuição da renda. Esta concentração, porém, não deveria limitar-se apenas à classe capitalista, ao 4º grupo. Já vimos que esta foi uma das causas básicas da crise econômica de que estamos saindo. Deveria incluir também a classe média, representada pelo 3º grupo. E poderia ainda alcançar os escalões superiores do 2º grupo, que poderiam ir sendo transferidos para o 3º grupo. O 1º grupo e grande parte do 2º grupo deveriam ser mantidos com sua renda aproximadamente estagnada. Todos os aumentos de renda deveriam dirigir-se para os grupos intermediários e de altas rendas. Antonio de Castro fazia estas

⁴ Esta alternativa foi proposta em uma conferência pronunciada na Universidade Católica de São Paulo, em 1968. Esta conferência não foi publicada, de forma que o autor responsabiliza-se pelas eventuais imprecisões com que apresentou a posição de Antonio de Castro.

constatações com desagrado, admitindo que socialmente a solução não lhe parecia recomendável. Mas do ponto de vista estritamente econômico, a solução seria concentrar a renda nos grupos intermediários e de altas rendas, na medida em que apenas estes grupos teriam possibilidades de manter em nível alto a demanda dos bens sofisticados, produzidos pelas indústrias dinâmicas do país.

Tudo indica que foi basicamente esta, e não a apresentada por Celso Furtado, a solução pela qual se encaminhou a economia brasileira após 1964. Está aí, provavelmente, uma das causas básicas da recuperação da economia do país, a partir de 1967. Esta solução não foi formulada pelos economistas do governo. Não foi, portanto, o resultado de uma política econômica deliberada e consciente. Entretanto, temos boas razões para estabelecer como hipótese – já que pesquisas definitivas sobre o assunto não existem – que a retomada do desenvolvimento que vem ocorrendo no Brasil está calcada em um processo de concentração de renda nas classes médias e altas.

Temos dois tipos de evidência para sustentar esta hipótese. Em primeiro lugar, não há dúvida de que o Governo brasileiro, a partir de 1964, na medida em que é um governo de militares e tecnocratas, é um governo de classe média. Em vista disto vem, consciente ou inconscientemente, realizando uma política que beneficia especialmente a classe média. O programa do Banco Nacional de Habitação constitui um exemplo conspícuo a respeito. O Plano Nacional de Habitação foi formalmente estabelecido para a construção de casas populares. Na prática, porém, transformou-se em um excelente meio de financiamento para casas de classe média. A política salarial do Governo, controlando rigidamente os salários da classe operária, mas deixando liberados os salários da classe média, é outro exemplo altamente significativo.

Por outro lado, em um momento em que as indústrias se tornam cada vez mais automatizadas e capital-intensivas, a tendência natural do mercado seria a de favorecer os grupos intermediários, em prejuízo das classes baixas. Esse tipo de indústria demanda, direta ou indiretamente, pessoal de nível médio em muito maior proporção do que a indústria trabalho-intensiva.

Não nos baseamos, porém, apenas em dados indiretos e em inferências para afirmar que está ocorrendo um processo de concentração de renda no Brasil em benefício dos grupos de rendas médias e altas. Estudo realizado pelo Banco do Nordeste revelou que forte concentração de renda vem ocorrendo nas capitais dos estados do nordeste brasileiro. Segundo essa pesquisa:

– em Recife, os 40% mais pobres da população, que recebiam 16,5% da renda total em 1960 passaram a receber 11,5% em 1967;

– em Salvador, os 20% mais pobres da população, que recebiam 5,3% da renda total em 1960, passaram a receber 3,8 em 1966;

– em Fortaleza, os 20% mais pobres da população que recebiam 8% da renda em 1962, passaram a receber 5,3% em 1965.

O mesmo fenômeno ocorreu em Natal, João Pessoa, Maceió, Campina Grande e São Luís, onde também essa pesquisa foi realizada.

O Quadro XIII apresenta os dados completos a respeito do problema.

Quadro XIII - Distribuição da Renda Segundo Quintos da População

(% sobre totais)

| Cidades | Quintos da População | | | | | Total |
|---------------------|--------------------------|----------------|----------------|----------------|--------------------------|-------|
| | 1 ^a (inf.) | 2 ^a | 3 ^a | 4 ^a | 5 ^a (sup.) | |
| Recife – out. 60 | | 10,5 | 14,5 | 21,9 | 47,1 | 100,0 |
| mar. 67 | 3,2 | 8,3 | 10,9 | 21,2 | 56,4 | 100,0 |
| Salvador – 1962 | 5,6 | 8,5 | 13,6 | 21,8 | 50,5 | 100,0 |
| ago. 66 | 3,8 | 7,7 | 13,9 | 23,6 | 51,0 | 100,0 |
| Fortaleza – 1962 | 8,0 | 11,2 | 16,0 | 15,0 | 49,8 | 100,0 |
| jul. 65 | 5,3 | 8,8 | 14,4 | 22,5 | 49,0 | 100,0 |
| Natal – nov. 64 | 5,2 | 8,6 | 15,0 | 22,2 | 49,0 | 100,0 |
| jul. 66 | 4,2 | 10,9 | 13,2 | 20,9 | 50,8 | 100,0 |
| Maceió – abr. 64 | | 15,4 | 12,0 | 20,1 | 52,5 | 100,0 |
| mar. 68 | 3,0 | 7,3 | 12,6 | 21,3 | 54,9 | 100,0 |
| J. Pessoa – nov. 64 | 5,6 | 8,1 | 14,8 | 20,7 | 50,8 | 100,0 |
| jul. 67 | 2,8 | 6,5 | 12,9 | 23,7 | 54,1 | 100,0 |
| S. Luís – set. 63 | 5,6 | 11,7 | 15,9 | 22,9 | 43,9 | 100,0 |
| fev. 67 | 4,6 | 8,5 | 13,2 | 21,4 | 52,3 | 100,0 |
| C. Grande – maio 62 | | 16,2 | 13,8 | 21,3 | 48,7 | 100,0 |
| jul. 67 | 2,7 | 5,7 | 11,2 | 20,9 | 59,5 | 100,0 |

Fonte: *Distribuição e Níveis da Renda Familiar no Nordeste Urbano*. Banco do Nordeste do Brasil, 1969, Fortaleza, p. 22. Pesquisa realizada por BNB/ETENE - SUDENE.

Outra evidência a respeito é a relação que vem se verificando entre o salário-mínimo e o salário-médio. Enquanto o primeiro cai, em termos reais, de ano para ano, o segundo tem se revelado ascendente.

A evolução do salário-mínimo real demonstra que o mesmo manteve sua tendência descendente durante toda a década. Tomando-se como base os preços de maio de 1969, o salário-mínimo real, que era de 331,50 cruzeiros em 1959, cai sistematicamente, todos os anos, até alcançar 187,20 cruzeiros em 1970. O Quadro XIV mostra essa queda constante, a qual é especialmente pronunciada de 1964 para 1965, caindo 20%, apenas nesse ano.

Em contrapartida, dados da Fundação IBGE, publicados na revista *Visão* (23-5-70), revelam que o salário médio real vem apresentando tendência ascendente no Estado

de São Paulo. A preços de fevereiro de 1969, o salário médio real, que era de 405,66 cruzeiros em 1965, subiu para 534,05 cruzeiros em 1970, conforme podemos observar pelo Quadro XV.

Finalmente, este processo de concentração de renda era confirmado de forma definitiva pelo censo de 1970. Verificou-se então que, enquanto em 1960, os 5% mais ricos da população recebiam 37% da renda, em 1970 essa porcentagem havia subido para 45%.

Quadro XIV -Salário Mínimo Real

| <i>Mês e Ano</i> | <i>Salário Mínimo Nominal – Cr\$</i> | <i>Deflator Índice Custo de Vida 1965/67: 100</i> | <i>Salário Mínimo Real Cr\$ preços de maio de 1969</i> |
|------------------|--------------------------------------|---|--|
| 1-1959 | 5,90 | 4,04 | 331,50 |
| 10-1960 | 9,44 | 7,08 | 302,65 |
| 10-1961 | 13,216 | 10,1 | 297,02 |
| 1-1963 | 21,00 | 16,3 | 292,55 |
| 2-1964 | 42,00 | 34,1 | 279,55 |
| 3-1965 | 66,00 | 64,9 | 230,80 |
| 3-1966 | 84,00 | 90,1 | 211,60 |
| 3-1967 | 105,00 | 122 | 195,36 |
| 3-1968 | 129,60 | 151 | 194,83 |
| 5-1969 | 156,00 | 187 | 189,37 |
| 5-1970 | 187,20 | 227 | 187,20 |

Fonte: Fundação Getúlio Vargas, Índice de Custo de Vida do Rio de Janeiro.

Quadro XV - Salário Médio no Estado de São Paulo

| <i>Mês e Ano</i> | <i>Salário Médio Nominal – Cr\$</i> | <i>Deflator Cr\$(preços fevereiro -/ 1969)</i> | <i>Salário Médio Real</i> |
|------------------|-------------------------------------|--|---------------------------|
| 3-1965 | 119,7 | 64,9 | 405,66 |
| 3-1967 | 219,55 | 122 | 466,00 |
| 3-1968 | 267,82 | 147 | 400,66 |
| 5-1969 | 400,48 | 187 | 470,96 |
| 2-1970* | 534,05 | 220 | 534,05 |

(*) Os dados disponíveis são de fevereiro de 1970.

A conclusão que podemos tirar daí é muito simples, confirmando a nossa hipótese inicial: está-se realizando um processo de concentração de renda da classe média para cima. O salário mínimo é uma indicação, ainda já imperfeita, da remuneração das camadas mais pobres da população. Segundo dados do Ministério do Trabalho, em São Paulo, a cidade mais rica do Brasil, cerca de 30% dos empregados recebem salário-mínimo. Já o salário-médio é influenciado, de um lado pelo salário-mínimo, e de outro, pelos salários elevados, que são pagos aos operários especializados, aos mestres, aos técnicos, ao pessoal de escritório, aos engenheiros, às funções técnicas e burocráticas típicas da classe média, desde a baixa classe média até a alta classe

média. Se o salário-mínimo cai e, mesmo assim, o salário-médio cresce, é óbvio que isto está ocorrendo devido a uma redistribuição de renda em favor daqueles que recebem os maiores salários.

É certo que também se poderia explicar o fenômeno com a hipótese de que o salário-mínimo é cada vez menos significativo, na medida em que as indústrias passam a pagar acima do salário-mínimo a seus operários e empregados. Entretanto, embora seja correta a afirmação de que já há um grande número de empresas pagando acima do salário-mínimo, este continua uma base ou referência para o estabelecimento dos salários dos trabalhadores não-especializados ou semi-especializados. A hipótese de concentração de renda nos níveis salariais mais elevados, portanto, além de estar coerente com a análise que estamos realizando, parece muito mais significativa para explicar as tendências inversas que o salário-mínimo e o salário-médio vêm apresentando.